

Espaço urbano e habitação

Uma aproximação exploratória comparativa entre Brasília e Porto

Manuel Carlos Silva ^[a]

Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais CICS.NOVA.UM
mcsilva2008@gmail.com

Fernando Bessa ^[b]

Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares CEAM/Unb
lfmbessa@gmail.com

Resumo

Este artigo, começando por uma breve reflexão sobre o espaço e o tempo como eixos nucleares das sociedades e das trajetórias biográficas das pessoas, procede a uma reavaliação dos modelos sobre o espaço urbano no campo sociológico e sintetiza as abordagens dos clássicos sobre o tradicional binómio comunidade-sociedade e da transição do rural para o urbano.

Seguidamente, tendo como central o problema da habitação, é feita uma aproximação exploratória comparativa entre Brasília e o Porto que, apesar de distintas origens e configurações socio-espaciais, apresentam idênticos fenómenos de atração de migrantes rurais e, simultaneamente e/ou em fases subsequentes, processos de expulsão, segregação socio-espacial e étnica, de marginalização, gentrificação e turistificação, em que o Estado e instituições subnacionais são omissas e/ou responsáveis de situações de habitação degradada em ‘ilhas’, bairros, favelas ou barracas.

Sendo a habitação básica uma das questões centrais e um direito humano nuclear, constitucionalmente consagrado no Brasil e em Portugal, a única via para alteração das respetivas situações em Brasília/Distrito Federal e Porto/área metropolitana será a mudança de efetivas políticas públicas, as quais só terão lugar através da ação coletiva.

Palavras-chave: Espaço urbano; rural-urbano; habitação; Porto; Brasília

Abstract

This article, starting with a brief reflection on space and time as core axes of societies and people's biographical trajectories, revisits models of urban space in the sociological field and synthesizes the approaches of the classics on the traditional binomial community-society and the transition from rural to urban.

Then, with the housing problem at the center, an exploratory comparative approach is made between Brasília and Porto which, despite different origins and socio-spatial configurations, present identical phenomena of attraction of rural migrants and, simultaneously and/or in subsequent phases, expulsion processes, socio-spatial and ethnic segregation, marginalization, gentrification and touristification, in which the State and subnational institutions are silent and/or responsible for degraded housing situations in ‘islands’, neighborhoods, slums or shacks.

Since basic housing is one of the central issues and a core human right, constitutionally enshrined in Brazil and Portugal, the only way to change the respective situations in Brasília/Federal District and Porto/metropolitan area will be the change of effective public policies, which only take place through collective action.

Key-words: Urban space; rural-urban; housing; Porto; Brasília

Résumé

Cet article, partant d'une brève réflexion sur l'espace et le temps comme axes centraux des sociétés et des trajectoires biographiques des personnes, revisite les modèles de l'espace urbain dans le champ sociologique et synthétise les approches des classiques sur le binôme traditionnel communauté-société et la transition du rural à urbain.

Ensuite, avec le problème du logement au centre, une approche comparative exploratoire est faite entre Brasília et Porto qui, malgré des origines et des configurations socio-spatiales différentes, présentent des phénomènes identiques d'attraction des migrants ruraux et, simultanément et/ou dans des phases ultérieures, des processus d'expulsion, de ségrégation socio-spatiale et ethnique, de marginalisation, de gentrification et de touristification, où l'État et les institutions infranationales sont omis et/ou responsables de situations d'habitat dégradé dans des «îlots», des quartiers, des bidonvilles ou des cabanes.

Étant donné que le logement de base est l'une des questions centrales et un droit humain fondamental, inscrit dans la Constitution au Brésil et au Portugal, la seule façon de changer les situations respectives à Brasília/District Fédéral et à Porto/région métropolitaine sera le changement de politiques publiques efficaces, qui n'ont lieu que par l'action collective.

Mots-clé: Espace urbain; rural-urbain; logement; Porto; Brasília

Introdução, problema e métodos

Neste texto, começando por considerar a estreita relação entre espaço e tempo e estes com sociedade, bem como a estreita relação do espaço-tempo não só com as diversas áreas das ciências naturais e físico-biológicas mas também com a Geografia, a História e as demais ciências sociais, procede-se a uma breve revisão das teorias sobre o espaço urbano e o caráter estruturante e relativamente autônomo deste, nomeadamente no que concerne a habitação.

Seguidamente, considerando os eixos centrais da economia e a centralidade do capital nas suas várias formas condicionadoras de direitos e tendo em conta que o capital, pela via da lei da oferta e procura e da maximização de rendas, lucros e juros, põe em causa a habitação como primeiro direito constitucionalmente consagrado, terá este que ser suprido pelo Estado ou por outras instâncias subestatais nomeadamente as Câmaras municipais numa linha de inspiração keynesiana, social-democrata ou socialista. Ora, em regra, tal não ocorre, justamente atendendo aos impactos da globalização e aos crescentes processos de gentrificação sobretudo nas últimas décadas. A questão que se coloca, no que concerne a habitação é a seguinte: em que medida persistem situações de privação, exclusão e marginalização e, mesmo, de segregação socio-espacial e/ou étnico-racial de grupos sociais mais

desprovidos? Mais, não cumprindo o Estado este dever de regulação e garantia do direito à habitação, em que medida os grupos dominantes e as elites urbanas, assim como as próprias instâncias formais de poder são corresponsáveis dessa situação? Mais, até que ponto e em que medida, perante estas situações, se manifestaram e/ou organizaram os próprios moradores/as das classes mais desprovidas sob forma de ação coletiva?

Tomando como estudos de caso a cidade de Brasília e a do Porto, com base em informações recolhidas, quer dum projeto de investigação sobre as ilhas e bairros populares do Porto (Silva *et al.* 2020a, 2020b), quer da recolha de informações provenientes de estudos realizados em Brasília (Vasconcelos *et al.*, 2019, Silva *et al.*, 2020c), tentaremos dar conta, numa perspetiva comparativa, das diferenças e semelhanças das realidades em torno da habitação nas duas cidades, nomeadamente tendo em conta os processos de migração dos camponeses/as e operários/as dos espaços rurais para os espaços urbanos.

Em termos metodológicos, este texto, para além de fontes secundárias e de curtas observações em breves visitas às periferias de Brasília, baseia-se sobretudo na consulta de estatísticas a nível nacional e regional, nomeadamente do Distrito Federal, em que a cidade de Brasília está inserida, a saber, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), como instrumento de gestão e política do Governo do Distrito Federal (cf. Silva *et al.*, 2020c). Relativamente à cidade do Porto, a síntese de resultados tem por base uma pesquisa intitulada *Modos de vida e Formas de habitar: 'ilhas' e bairros populares no Porto e em Braga* (PTDC/IVC-SOC/4243/2014), coordenada pelo primeiro autor deste texto. Nesta investigação, para além de pesquisa histórica e estatística, foram utilizados métodos de ordem quantitativa (inquérito) e qualitativa (entrevistas e histórias de vida) (cf. Silva, 2020b, Silva *et al.*, 2020, Silva *et al.*, 2023), reproduzindo-se seguidamente de modo sintético as abordagens teóricas sobre o espaço urbano, resumidas neste texto sobretudo nos subsequentes pontos 2. e 3. (cf. Silva, 2012 e 2020).

1. Espaço e Sociedade

O espaço e o tempo são eixos fundamentais inerentes a toda e qualquer sociedade, os quais constituem ao mesmo tempo não só constrangimentos como oportunidades de ação, embora diferenciados por classe, grupo ou categoria social em conformidade com os constrangimentos sociais da economia (Bourdieu, 2006) ou do grau de poder de disposição, como diria Weber (1978/1920), sobre recursos e recompensas. Por outro lado, o espaço e o tempo, embora tradicionalmente constituam, em primeira instância, objetos respetivamente da Geografia e da História, são conceitos presentes em diversas áreas disciplinares, quer das ciências naturais e físico-biológicas, quer doutras ciências sociais (Sociologia, Antropologia, Economia, Ciência Política), uma vez que são suportes das referidas ciências e se imbricam com a sociedade e suas diversas dimensões (económica, política, cultural, entre outras), sem esquecer o pensamento filosófico e suas diversas correntes que, nas diversas épocas, interpelaram e refletiram sobre este binómio nuclear das sociedades (cf. Giddens, 1984; Adam, 1994; Martins, 1996; Araújo, 2005; Silva, 2006, 2012).

Focalizando-nos na Sociologia, poder-se-á dizer, na esteira de Lefebvre (1974), Rémy (1975), M. Santos (1988), Steinberger (2006) e Boullosa (2013), que, sendo os factos sociais o objeto central desta disciplina, o espaço (como aliás o tempo) constituem suportes desses factos ou fenómenos sociais, fluxos e atividades nos mais diversos setores, áreas e esferas, tanto numa ótica macro, quanto micro. A articulação entre macro e micro, por um lado, e, por outro, a imbricação dialética entre estrutura e ação, pressupõem superar a convicção errada de que os estudos micro centrar-se-iam na comunidade e deveriam ser perspetivados a partir das motivações ou estratégias dos atores sociais, enquanto os estudos macro deveriam ser vistos como estruturais, equívoco este pertinentemente desconstruído por Giddens (1984). Com efeito, este autor sustenta que, se, a nível macro, a ação social não deixa de reforçar ou fragilizar a estrutura, a nível micro, em que o ator social pode ser mais visível, a pressão ou o contrapeso da estrutura é constante nas condições materiais de existência e nas mais diversas interações da vida quotidiana. Assim, considerando estas prévias cautelas metodológicas, o espaço e o tempo constituem, como refere Silva (2012), aspetos estruturais da realidade geosocial que estão também presentes nos contextos locais e constroem interações; e, em sentido inverso, as constelações estruturais são também efeitos perduráveis e reproduzidos pelos atores sociais em microexperiências, associadas a apropriações e representações espaciais.

Relativamente ao espaço urbano, este surge com muita ênfase e como objeto de análise nos anos 1970, sem se tornar 'coutada' apenas da Geografia ou duma qualquer outra das referidas disciplinas, mas mais um campo interdisciplinar, aliás fecundo, na medida em que a estrutura espacial é inseparável da social e vice-versa.

2. Espaço urbano e Sociedade: abordagens sociológicas

Sem deixar de ter presente a necessidade e riqueza da perspectiva interdisciplinar, pelo lado da Sociologia podem ser convocadas diversas abordagens sociológicas, as quais passamos a expor com base na síntese elaborada por Silva (2012, 2020). Assim, para o estruturo-funcionalista Durkheim (1991/1915) a cidade seria resultado do meio/estrutura social, salientando uma distinção, embora com certa homologia, entre a morfologia físico-espacial e a morfologia social, entre a 'densidade material' e a 'densidade moral' do espaço. Com efeito, o espaço constituiria a primeira experiência de vida, ligada aos factos sociais e às representações sociais condicionadas pelo meio social simbolizadas na consciência coletiva, as quais, por sua vez, seriam causas de factos sociais no território, cuja gestão deveria ocupar-se não só em reconhecer a diferenciação e/ou eventual desorganização social, mas também contê-la dentro das normas e valores emanados da consciência coletiva.

Já, porém, quer para Simmel (1987/1903) que considerava o espaço como uma condição e símbolo das diferenciadas e impessoais relações em contexto urbano por contraposição às relações personalizadas em contexto rural, quer para a bio-ecológica e geocultural Escola de Chicago por si em parte influenciada, o espaço urbano seria uma variável independente ou fator autónomo explicativo dos modos de vida urbanos (Park, 1987; Wirth, 1987/1938). Esta dimensão cultural-simbólica viria a ser desenvolvida nas décadas 1970-80 numa linha centrada nos sentidos e imagens não só dos edifícios e lugares (Lynch 1982) como dos modos e estilos de vida, das identidades, interações e representações das pessoas na vida quotidiana (Pinçon, 1978; Hannerz, 1983; Pais, 1986; Guerra, 1993; Gonçalves, 1996).

Sem ignorar uma perspectiva pluridimensional do espaço urbano em termos demográficos, históricos, económicos, jurídicos e administrativos, Weber (1978/1920) releva a vertente política centrada nas relações de poder entre os diversos grupos presentes nos diversos tempos e espaços. O critério do poder

permite assim uma clara distinção entre cidades heterocéfalas como as orientais, em que o poder de decisão sobre a cidade residia fora dela, nomeadamente no imperador, e as cidades autocéfalas ocidentais com autonomia e poder próprio, o qual seria a base explicativa da emergência da burguesia comercial e, posteriormente, do próprio capitalismo e sua afinidade eletiva com o protestantismo, temas desenvolvidos também por neweberianos como Ledrut (1968) e Freund (1975).

Por fim, a abordagem (neo)marxista (Marx, 1974/1867; Marx e Engels, 1976/1846; e, posteriormente, Castells, 1982) assume o espaço como produto, variável dependente e condicionada pela estrutura social, embora alguns dos neomarxistas (Lefebvre, 1968; Harvey, 1980; M. Santos, 1988) concedam considerável autonomia ao espaço como fator co-estruturante e não recetáculo passivo dos fenómenos urbanos. Mais, o espaço é um recurso limitado e desigualmente distribuído conforme o grau de apropriação por parte dos diferentes grupos e atores sociais.

3. Do rural ao urbano e o confronto entre neoliberalismo e movimentos sociais urbanos

Tal como refere Silva (2012, 2020, p.32 e ss), a distinção entre comunidade e sociedade, embora com diferentes conceções, conteúdos e interpretações, foi sustentada por diversos sociólogos clássicos desde Tönnies (1953/1887), passando por Durkheim (1977/1893) com a distinção entre solidariedade mecânica *versus* solidariedade orgânica, até Weber (1978/1920) com a distinção entre racionalidade tradicional *versus* racionalidade legal-moderna, pode inferir-se tratar-se de um binómio, que remete para a transição da comunidade ou sociedade tradicional para a sociedade moderna, que mais tarde viria a ser teorizada de modo mais sistemático nas variáveis-padrão de Parsons (1988/1951). Com efeito, sob uma sistematização de cinco variáveis-padrão em comunidade *versus* sociedade (orientação coletiva *versus* autoorientação; afetividade *versus* neutralidade

afetiva; particularismo *versus* universalismo; adscrição em base parental ou relações de sangue *versus* realização por mérito próprio; e difusidade de normas/papéis *versus* especificidade de papéis), Parsons injeta uma certa ideologia celebratória da modernidade face à sociedade tradicional.

Uma das características da sociedade moderna, aliás sublinhada por Weber (1978/1920), consistiria em que as pessoas e os grupos sociais teriam, contrariamente a comunidades tradicionais, a capacidade de associar-se voluntariamente para alcançar os seus objetivos (vg. sindicatos, partidos). Se até aos anos 1960 predominava o paradigma funcionalista, tendo como central a organização/desorganização da cidade e os mecanismos de diferenciação social resultante da divisão social do trabalho e uma perspetiva técnico-burocrática com intervenção mínima estatal, nos anos 1960/70 verifica-se a eclosão de fortes movimentos sociais urbanos, assim como o despoletar de crises e conflitos em meio urbano, deslocando-se o acento tónico explicativo para análises estruturais e o reforço do Estado social, resultante de um certo ‘compromisso’ tático entre o capital e o trabalho. Com a situação de crise petrolífera nos anos 1970 e a intensificação da aplicação de novas tecnologias – cuja consequência implicou um aumento de capital constante em detrimento do capital variável –, surgem fenómenos de desemprego, precarização e flexibilização do trabalho. Subsequentemente, com um relativo enfraquecimento da mobilização social e política, reemerge, sobretudo nos anos 1980-90, o neoliberalismo, nomeadamente com Thatcher na Inglaterra, Reagan nos Estados Unidos e com réplicas noutros países incluindo o Brasil, tendo conhecido um primeiro experimento desastroso e durável na ditadura chilena de Pinochet em 1973 e, para além dela, até recente data.

A par da força do neoliberalismo, também nos anos 1980-90 foram conhecidos alguns esforços teóricos em torno das potencialidades do desenvolvimento territorialista e local com base em redes e associações locais. Porém, tais movimentos evidenciaram também as suas limitações perante estruturas económicas sustentadas por governos neoliberais, fazendo

reemergir simultaneamente não só o movimento sindical, ainda que com oscilações, como sobretudo movimentos sociais (ambientais, feministas, étnico-raciais) em complemento ou em contraponto a velhos movimentos sociais urbanos. Por outro lado, a crise fiscal do Estado e a crise financeira a partir de 2007/08 acabaram por minar alguns dos velhos ‘acordos’ temporários entre capital-trabalho, comportando um agravamento de situações das classes sociais mais desprovidas, o que exige igualmente repensar sob que condições será possível a reemergência da ação coletiva, como base fundamental para a alteração de paradigma.

4. Economia, Estado e equipamentos sociais: o caso específico da habitação

Se o sistema económico está estruturado em três eixos (produção, consumo e circulação), na estruturação do espaço, nomeadamente urbano, importa ter em conta as centralidades urbanas condicionadas pela territorialização do capital, pelos limites da urbanização e pela implementação de equipamentos coletivos para consumo dos cidadãos/ãs, entre os quais certamente o da habitação como um dos mais importantes.

A questão do alojamento não está desligada da questão fundiária e da renda fundiária (Santos, 1982; Silva, 2012, 2020, p.40), nomeadamente no espaço urbano, cuja tendência, aliás crescente, tem implicações no preço, quer da compra, quer do arrendamento, de imóveis. Se, no passado, a contradição entre os interesses do proprietário fundiário e os do empresário tendia a que este pressionasse para a redução do preço da renda fundiária do primeiro, hoje a fusão dos interesses das diversas frações do capital – fundiária, empresarial e financeira – tende a convergir em detrimento quer dos compradores quer dos arrendatários de casa/apartamento, a que acresce o facto de o Estado, em regra, assumir como intocável o princípio da propriedade privada e inclusive o da repartição de dividendos entre acionistas do imobiliário.

Se, como refere Silva (2012, 2020), o capital se despreocupa por utilidades não lucrativas (infraestruturas, equipamentos, habitação), terão de ser o Estado, as regiões e/ou os municípios a suprir essas funções, aliás imprescindíveis para a reprodução da força de trabalho, a mobilidade e outras funções. Assim quer o Estado, quer outras instâncias infra-estatais nomeadamente os municípios detêm um papel central na produção, apropriação e gestão do espaço urbano, assim como constituem atores decisivos no sentido de assegurar condições de vida e habitação minimamente decentes. Porém, tal implicará contrariar não só a lógica mercantil (neo)liberal assente na lei da oferta e na procura, como contrariar movimentos de pressão especulativa em torno da renda fundiária. Com efeito, os proprietários e detentores do capital financeiro, sobretudo nas grandes cidades, como referem Zuckin (1987), Harvey (1980) e M. Santos (1988), tendem a aumentar de modo especulativo não só a renda fundiária, com o preço por m² da venda de imóveis e correlativas valores de rendas de casas ou apartamentos, promovendo a gentrificação. De facto, particularmente nas últimas décadas, sobretudo a partir da crise de 2007/2008, as cidades têm sido os espaços propícios para a expansão do capital imobiliário e financeiro.

Os impactos da globalização têm reduzido o espaço de soberania dos próprios Estados nacionais (cf. Silva, 2005, p. 125 e ss), incluindo o espaço de manobra nas políticas públicas, o qual é maior ou menor conforme o menor ou maior grau de dependência económica dos respetivos países em relação aos países centrais, por um lado e, por outro e não menos importante, o grau de determinação dos próprios governos e doutras instâncias políticas nacionais em afrontar os interesses das grandes corporações transnacionais numa linha keynesiana, social-democrata ou socialista. No entanto, apesar de constrangimentos decorrentes do processo de globalização e dos fenómenos da gentrificação sobre Estados e sobretudo espaços urbanos municipais, estes ainda detêm alguma margem nas políticas de solos e de infraestruturas, nos transportes e demais equipamentos nomeadamente na habitação.

A este respeito importa ter presente que o direito à habitação é considerado um primeiro direito fundamental por várias Constituições, nomeadamente a portuguesa de 1976 e a brasileira de 1988. Porém, o alojamento, como refere Silva (2012, 2020, p.38), constitui “*um dos setores socioeconomicamente mais sensíveis, suscetível de operar filtragem uma dualização de espaços e uma filtragem das populações urbanas nomeadamente no campo da habitação*”, atraindo para o centro os mais ricos e providos de recursos e arredando para periferia os mais desprovidos, sobretudo os mais pobres. Ora, perante esta tendência cada vez mais imparável sobretudo nas últimas décadas, só o Estado e, em particular, o governo e/ou os municípios estarão, no quadro dos seus respetivos poderes, competências e recursos disponíveis, em condições de contrariar essa tendência, corrigir as flagrantes injustiças e garantir uma habitação básica através de diversos métodos e decisões políticas. Estas dever-se-iam traduzir no controlo do preço dos solos, numa política de investimento público para habitação pública, na contenção da especulação de rendas e, sobretudo, no incentivo à construção de habitação a custos controlados, apoiando a criação de cooperativas de habitação e participando na (auto)construção levada a cabo pelos próprios cidadãos/ãs.

4.1 Brasília, o Plano Piloto como centro e as periferias: a questão da habitação

Brasília, como atual capital do Brasil, é conhecida por ser uma cidade formada de raiz em 1960 que se pretendeu como moderna cidade-modelo que, para além de monumental, pretendia apresentar-se ao mundo como uma cidade equitativa e harmónica. Na realidade, porém, tal projeto implicou logo à partida a expulsão de comunidades indígenas e quilombolas que viviam no cerrado, um território considerado ‘improdutivo’. Ou seja, o planeamento de raiz da nova cidade não só obedeceu a uma velha aspiração, já imaginada no tempo imperial e, mais tarde, por ocasião da implantação da República, mas correspondeu a uma estratégia de expansão do capitalismo agro-industrial para o interior, prosseguindo a linha que ligava o Estado do Rio de

Janeiro ao Estado de S. Paulo e deste ao de Minas Gerais, o que viria a ser levado a cabo sob o governo de Juscelino Kubitschek. Esta meta foi entendida não só pelo governo como pelas elites do país como uma ‘marcha para o Oeste’, a prossecução da espiral de ‘desenvolvimento’ para o interior, mas que na realidade significou uma colonização interior das comunidades indígenas e quilombolas (Amaral, 2014; Jatobá, 2016; Vasconcelos, 2020; Bessa e Nascimento, 2020).

Com efeito, a cidade, começando pelo núcleo central conhecido como Plano Piloto com uma área de 5,8 Km², foi construída por migrantes brasileiros/as vindos de diversos Estados do Norte-Nordeste, Sudeste-Sudoeste com a ‘intrigante’ particularidade de não serem previstos como habitantes da cidade e, desde a primeira hora, excluídos do direito de habitar a cidade por si contruída – uma primeira e clara segregação socio-espacial e étnico-classista, atendendo a que uma parte considerável deste migrantes eram operários negros/as (Vasconcelos *et al.*, 2006; Bessa e Nascimento, 2020). A cidade de Brasília seria pensada, para além das diversas frações da burguesia e das classes intermédias entre o capital e o trabalho, para o amplo conjunto de funcionários e trabalhadores/as do setor terciário, mas que não devia de ultrapassar os 500.000 habitantes. Segundo o relatório de apresentação do projeto de Lúcio Costa (1991, p. 29), tratava-se de “*cidade planejada para trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país*”. Ou seja, o objetivo do Plano Piloto seria o de alcançar a meta de um trabalho eficiente que, para além das funções judiciais, legislativas e político-administrativas do Governo Federal com os seus diversos Ministérios e demais instituições de governo central, assim como do Distrito Federal, daria lugar a uma sonhada cidade como espaço de cultura para ‘deleite intelectual’ das suas elites, como refere o próprio relator do Projeto, Lúcio Costa.

Diversos indicadores tais como infraestruturas e transportes, condições de vida e de habitação, níveis de escolaridade, categorias de rendimento – já

referidos noutras fontes e explanados textos (Codeplan, 2018; Vasconcelos *et al.*, 2019, Jatobá, 2019; Silva *et al.*, 2020c; Bessa e Silva, 2022) – dão conta das desigualdades socio-espaciais, de classe, de género e étnico-raciais entre as elites e poder no Centro de Brasília e as populações das cidades e municípios-satélite. Estas, estando na origem da criação de Brasília, persistem até hoje, não obstante algumas intervenções para minorar o fosso entre o Centro e as periferias do Distrito Federal (DF), excluídas, marginalizadas e segregadas em termos socio-espaciais.

Entre os diversos tipos e formas de desigualdade socio-espacial neste texto focalizamo-nos nas desigualdades na habitação. Com efeito, desde a primeira hora, os trabalhadores da cidade, perante a recusa dos planificadores e do próprio poder central de abrigar nos diversos espaços do centro urbano os construtores materiais da própria cidade, os cerca de 70.000 trabalhadores ‘indesejados’ para habitar no Plano Piloto viram-se na necessidade de ir ocupando e autoconstruindo os seus alojamentos precários, favelas e/ou ‘bairros dormitórios’, sem infraestruturas. Mais, eram constantemente escorraçados e expulsos dos locais onde se acomodavam para outros mais afastados da cidade não só durante a construção (vg. Tatuatinga em 1958, Sobradinho em 1959, Gama em 1960), como após a construção da cidade. Por exemplo, uma cidade surgida neste contexto foi designada de Ceilândia, em que as três primeiras letras CEI são iniciais de “Comissão de Erradicação de Invasões”, um processo de rotulagem aposto aos construtores da cidade, os quais, em vez de serem reconhecidos e valorizados na produção material da cidade, foram desclassificados como ‘invasores’. Se, entretanto, o poder fez vista grossa às apropriações de terrenos e loteamentos informais por parte ‘grileiros’ que nos anos 1960-70-80 especularam e venderam terrenos a pessoas de boa-fé (vg. Morro da Cruz com 30.000 habitantes), foi preciso passar 10 anos para que na Ceilândia fossem alocados cerca de 17.000 lotes de terreno para construção e abertas ruas, embora, durante anos e anos, sem asfalto, eletricidade, água, saneamento. Foi justamente na década de 1970 e sobretudo na de 1980, ao tempo e após a ditadura, que, segundo Bessa e

Nascimento (2020), se verificou um movimento popular designado *Movimento dos Incansáveis Moradores* de Ceilândia, liderado sobretudo por nordestinos negros, a reivindicar lotes para moradia mais acessíveis e infraestruturas (vg. pavimentação de ruas, eletricidade e saneamento). A desigualdade de tratamento foi-se tornando insustentável com um crescendo de excluídos do direito à habitação, contabilizando hoje um total de 2,5 milhões de pessoas a viver nas periferias, parte das quais em habitações precárias e em favelas (vg. Sol Nascente), sem condições de alojamento minimamente decentes, num claro contraste de distanciamento físico e social face aos cerca de 300.000 habitantes no Plano Piloto (12% do total de habitantes do DF).

Embora fossem sendo regularizadas algumas situações durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, só em 2003 com Governo Lula da Silva teve lugar a criação de Ministério das Cidades e o lançamento de Política Nacional de Habitação (PNH) e, em 2007, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB) e o Sistema de Habitação do Distrito Federal (SIHAB-DF), o qual deu início ao provimento de equipamentos urbanos nas ‘ocupações irregulares’; e, em 2011, com Dilma Roussef, foi lançado o Programa *Morar Bem*, traduzindo e reatualizando o Programa *Minha Casa Minha Vida* (PMCMV): primeiro, aos servidores públicos e, só em 2015, para 6000 famílias com baixo rendimento no Parque Paranoá.

4.2 Porto: metropolização e desigual acesso em infraestruturas, serviços e habitação

Contrariamente a Brasília, uma cidade recém-criada em termos de tempo longo, a cidade do Porto tem origens antigas e medievais, é formada sobretudo a partir do lento processo de industrialização nos séculos XIX e XX, nos quais apresenta dois processos com distintas configurações. No decurso do século

XIX, particularmente nas últimas décadas, o Porto conheceu um primeiro impulso industrial, embora frágil e tardio, o que viria a manter-se, em ritmo aproximado, mas muito moderado e mitigado, na primeira metade do século XX. De resto, o *Estado Novo*, imbuído de um modelo ruralista e passadista de glorificação do mundo rural e suas formas de vida, ora no latifúndio, ora no minifúndio camponês, era no fundo hostil a um alargado processo de industrialização, a qual era vista por Salazar como a “antecâmara do socialismo.”¹

Apesar deste entendimento conservador salazarista, a burguesia industrial, sobretudo a partir da segunda guerra mundial, foi reivindicando um maior espaço, dando assim lugar a que certo processo de industrialização tivesse lugar, ainda que regulado pela chamada Lei do condicionamento industrial em favor de certos grupos económicos gradualmente instalados. Assim, a partir de finais dos anos 1950 e sobretudo na década de 1960, considerando o excedente de mão de obra rural, esta começa a deslocar-se e migrar, para além das ex-colónias e de países como a França e Alemanha, para grandes cidades de Lisboa e do Porto, amiúde como primeira etapa de migração para o exterior.

Foi assim neste contexto que, sobretudo a partir dos anos 1960, o Porto conheceu um processo mais alargado de industrialização na cidade e, posteriormente, na sua área metropolitana, mas sem que fosse implementado um plano adequado de transportes (por exemplo, o metro apenas viria a ser introduzido em 2002), bem como o acesso a equipamentos e serviços, nomeadamente de saúde, de educação e, em particular, de habitação. A este respeito, continuavam a persistir os arranjos de acomodação nas ‘ilhas’ e bairros improvisados, por parte de operários e suas famílias recém-chegadas das aldeias do distrito do Porto e inclusive das regiões do Minho e de Trás-os-Montes. Apesar de prevista a criação de 6.000 casas em bairros segundo o Plano de

¹ Segundo se pode ler nos *Discursos* de Salazar (Salazar, 1937/56), estimular grande aglomerados operários no espaço urbano daria lugar a greves e manifestações conducentes ao socialismo, pelo que seria importante cortar o mal pela raiz, evitando a

industrialização (cf. *in* Silva, 1998). E, quando interpelado sobre a necessidade de industrialização do país, Salazar terá replicado: “*Já temos industrialização, os bordados da Madeira?*”(!).

Melhoramentos nos anos 1950-60,² mantiveram-se ‘ilhas’ e bairros clandestinos construídos nas traseiras de prédios, estabelecimentos industriais e casas burguesas por interesse dos proprietários, empresários e mediadores/as (‘subalugas’), considerando todavia que os operários recém-chegados, dados os seu baixos salários, tinham que acomodar-se à situação destes precários e miseráveis alojamentos sem um mínimo de condições decentes.

A partir dos anos 1990 e sobretudo 2000 verifica-se uma alteração na política camarária do Porto favorável à demolição das ‘ilhas’ sob alegadas razões de higiene e salubridade, aliás já invocadas durante o século XIX pela mão do médico higienista Ricardo Jorge, assim como durante a I República e sobretudo durante o *Estado Novo*. Porém, na realidade tratava-se de um pretexto que escondia uma agenda oculta na medida em que, situando-se grande parte das ‘ilhas’ no centro, o verdadeiro móbil consistia em expulsar moradores/as pobres do centro para rentabilizar o espaço para construção de prédios/moradias de luxo no centro. Porém, esta situação viria a agravar-se desde a crise de 2007-2008 com uma política de solos rentista, um aumento de rendas e especulação imobiliária – aliada a processos de gentrificação e turistificação. Isto viria a provocar uma forte redução de jovens a viver no centro da cidade, incapazes de pagar uma renda, a par de aumento de idosos a viver em ‘ilhas’ ou bairros degradados, inclusive de novos bairros construídos como o do Aleixo. Tais situações mantinham-se e, apesar de alguns partidos minoritários, associações e outras vozes isoladas alertarem para tal situação, não se verificaram grandes movimentos urbanos na cidade do Porto (cf. Queirós, 2015, 2019; Silva, 2020, p. 23). Com alguma mobilização e alguns, ainda que limitados, recursos de poder, foi sendo reivindicada a reabilitação de ‘ilhas’ e bairros degradados, o que nos remete para estratégias defensivas e de segurança mínima em função da

sobrevivência (*safety first*) por parte dos grupos sociais subalternos e dominados, como sustenta Scott (1990).

Neste quadro, ainda que excepcionais, foram constatados alguns casos de reabilitação como o da ‘ilha’ da Bela Vista graças à conjugação de vários fatores: a ação coletiva de moradores/as e, em particular, a resiliência da Associação de moradores, uma equipa de técnicos e investigadores (Imago, LAHB).³ Esta equipa e sobretudo a Associação com apoio dos moradores/as, no contexto das eleições municipais de 2013, obtiveram um compromisso político por parte do candidato independente à Câmara do Porto, Rui Moreira, o qual, uma vez eleito, viria a ser coadjuvado pela ação dos Vereadores da Cultura e do Urbanismo na decisão de reabilitação da referida ‘ilha’ (cf. Rodrigues *et al.*, 2020, p.173 e ss)

5. Precondições da ação coletiva

Perante as desigualdades socio-espaciais, particularmente a não satisfação do direito à habitação como direito fundamental e constitucionalmente consagrado, impõe-se uma substancial mudança na estrutura socio-económica. Porém, tal pressupõe uma alteração de políticas públicas e de governança política que se afaste da lógica conservadora e/ou neoliberal, a qual só será possível pela conjugação de diversos fatores de ordem económica e social e sobretudo uma nova correlação de forças políticas. Esta, por sua vez, só será obtida pelo que alguns autores designam, na tradição francesa, de ação pública a partir de atores da dita sociedade civil (Lascoumes e Le Galé, 2012) e que outros, de modo mais preciso e estratégico, apontam, por via da mobilização de grupos sociais afetados na base da pertença de classe, de género ou étnico-racial, uma alteração de poder com uma perspetiva emancipatória. Esta estratégia não exclui eventuais outras fases e/ou orientações de compromisso, de

² Cf. *Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto 1956-66*, previsto no Decreto-Lei n.º 40.616, em 1956, devendo ser implementadas essas casas entre 1/1/1957 e 1966 com rendas acessíveis para famílias desalojadas das ilhas ou bairros degradados demolidos. A este respeito, cf. Rodrigues e Silva (2015), Queirós (2015) e Pereira (2016).

³ A *Imago*, gabinete de Arquitetos António e André Cerejeira Fontes e o LAHB (Laboratório de Habitação Básica), coordenado por Fernando Matos Rodrigues, a que se juntou uma equipa de investigadores/as da Universidade do Minho no quadro de um Projeto de investigação intitulado “Modos de Vida e Formas de Habitar. Para mais dados sobre processo de reabilitação, cf. Rodrigues *et al.* (2020).

cariz keynesiano ou social-democrata, implicando pelo menos uma intervenção indicativa mas real do Estado e doutras instituições a nível nacional, estadual e municipal. Tais situações de desigualdade e injustiça social estão na base de processos reivindicativos e de ação coletiva, a qual, por sua vez, pressupõe um conjunto de precondições que, na esteira de Bader (1991), Silva (1998, 2012, 2020), Rodrigues *et al.*, (2015), passamos a sintetizar.

Assim, para que a ação coletiva seja consistente e obtenha resultados, importa (i) que haja relativa homogeneidade de posições objetivas de vida, enquanto vítimas de exploração/segregação socio-espacial; (ii) que se verifiquem assimetrias e injustiças no acesso e controlo de recursos e recompensas; (iii) que as estruturas proporcionem o aparecimento e/ou reforço de determinados grupos ou coletivos na base de pertença em termos de classe, género, raça/etnia; (iv) que grupos sociais, assentes em determinadas identidades, detenham interesses específicos, hábitos e culturas relativamente homogéneos; (v) que sejam reais grupos em confronto com determinados objetivos e estratégias; (vi) que se libertem de determinadas ideologias e criem utopias emancipatórias; (vii) que tenham organização social/política; (viii) que mobilizem recursos de poder disponíveis internos (cultura, organização, liderança) e externos (vg. neutralizar grupos e buscar aliados), de modo a negociar ou polarizar os respetivos conflitos.

Se aferirmos de modo bastante genérico como hipótese de trabalho – a ser testada em trabalho de cariz histórico e empírico – quer relativamente à situação em Brasília e, por extensão, no Distrito Federal, quer relativamente ao Porto e sua área metropolitana, poder-se-á inferir por alguns dados apurados que, enquanto há precondições preenchidas, outras não estão. Assim, embora, relativamente às alíneas (i) e (ii), estejam presentes as precondições de exploração e segregação socio-espacial, assim como as desigualdades de classe, de género e étnico-raciais e, quanto às alíneas intermédias como a (iii) e (iv), sejam constatados alguns elementos, no que concerne as restantes e subsequentes precondições, estas não parecem estar presentes, nomeadamente em torno da

organização e da liderança, assim como a dimensão utópica como alavanca de mobilização e transformação social.

Conclusão

Este texto, começando por considerar o espaço e tempo como eixos estruturantes da sociedade, assim como a estreita relação entre espaço (e tempo) e sociedade, foi feita uma breve revisitação das teorias sobre o espaço urbano e o caráter estruturante e relativamente autónomo deste, nomeadamente no que concerne a habitação. Seguidamente, considerando a recorrente transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas, foram igualmente trazidos à reflexão diversos contributos e posicionamentos no que concerne o binómio conceptual comunidade-sociedade e os diversos conceitos associados por parte dos clássicos da Sociologia no século XIX e XX.

As cidades têm sido espaços privilegiados de ação do capital na mira de maximizar rendas, juros e lucros como partes integrantes das mais-valias. Perante flagrantes assimetrias causadas pela lei da oferta e da procura e pela renda fundiária urbana, constata-se más condições de vida e, em especial, de habitação, quer em Brasília (vg. os sem abrigo), quer sobretudo nas periferias, nomeadamente na Ceilândia como cidade-satélite, quer na cidade do Porto em suas ‘ilhas’/bairros populares. Por fim, perante situações assimétricas e a relativa despreocupação do Estado e das câmaras municipais em intervir na questão habitacional, procuramos aferir até que ponto os diversos atores sociais, considerando os diversos contextos, pertenças de classe e étnico-racial, apresentam alguma margem de agência ou prefiguração de ação coletiva no sentido de alteração do *statu quo* e de conquista do ‘direito à cidade’.

Sendo a habitação básica uma das questões centrais e um direito humano nuclear, consagrado nas constituições de Portugal e do Brasil, procedemos basicamente a uma análise exploratória comparativa entre as cidades de Brasília e do Porto, nomeadamente

no que concerne a questão da habitação. Deste modo, procurou-se relevar, em relação a Brasília e Distrito Federal, as desiguais relações de colonização interna por parte das elites em relação ao antigo rural habitado por grupos indígenas, quilombolas e camponeses, assim como segregação entre elites, poderes e novos grupos emergentes no Plano Piloto da nova cidade de Brasília criada nos anos 1960 e as populações de trabalhadores/as expulsos/as da cidade e segregados/as, em termos socio-espaciais, para as periferias. Relativamente ao Porto, salientamos o êxodo rural/migração de camponeses/as, artesãos e outros grupos e a sua recomposição social e ‘acomodação’ em ‘ilhas’ e bairros degradados do Porto, assim como tentativas políticas posteriores, umas logradas outras não, de segregação/marginalização destes grupos sociais desprovidos por efeito da especulação imobiliária, gentrificação e turistificação.

A fim de alterar tais situações, importaria implementar novas e efetivas políticas públicas, quer em Brasília, quer no Porto, que implicassem não só acesso a melhores infraestruturas, equipamentos sociais e, em particular, ao direito efetivo a uma habitação básica e digna para todos/as. Este posicionamento estratégico, contrariando a lógica do capital financeiro e rentista, visa reforçar o volume de habitação pública, o que implicaria disponibilizar parcelas de terrenos, aumentar a construção de alojamentos a custos controlados com uma política de solos anti-especulativa, apoiar a compra de novas casas a preços acessíveis e com apoio do Estado, além de conter os montantes das rendas do setor privado. Porém, dado que tal mudança de políticas públicas para a habitação não ocorre sem a mobilização e ação coletiva, torna-se necessário preencher os requisitos ou precondições dessa ação coletiva, a qual, quer no caso de Brasília, quer no caso do Porto, implicará a organização e a consciencialização dos atores sociais explorados, segregados e discriminados em termos territoriais, de classe, de género e étnico-raciais, em vista da realização duma utopia realista e, a médio-longo prazo, transformadora.

Referências bibliográficas

- Adam, B. (1994). *Times and Social Theory Today*. Cambridge Polity Press.
- Amaral, M.S. (2014). A marcha para o oeste e a colonização da fronteira sul do atual Mato Grosso do Sul: deslocamentos, políticas e desafios. *Revista de História*, 16 (28), 153-165.
- Araújo, E. (2005). *Doutoramento: a odisseia de uma fase da vida*. Colibri.
- Bader, V. (1991). *Collectief Handelen*. Wolters-Noordhoff.
- Bessa, L.F.M. & Nascimento, W.M. (2020). Preto no Brano da política habitacional de Brasília: a intersecção das pautas étnico-raciais e de direito à moradia. In M.C. Silva, L.V. Baptista, F.B. Ribeiro, J. Felizes & A.M.N. Vascelos (orgs.), *Espaço urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito* (pp. 241-258). Húmus.
- Bessa, L.F.M. & Silva, M.C. (2022). Brasília, entre o sonho da cidade-modelo e a realidade das desigualdades socio-espaciais: a relevância da participação cidadã, comunicação ao Congresso da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (AISLF), *Assimetrias territoriais: questões socio-ambientais e factores de desigualdade*, Universidade de Évora.
- Boullousa, R.F. (2013). Mirando ao revés nas Políticas Públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. *Revista de Pensamento e Realidade*, vol.28 (3), 67-84.
- Bourdieu, P. (2006). *As estruturas sociais da economia*. Campo de Letras.
- Castells, M. (1982). *La cuestión urbana*. Siglo XXI.
- Codeplan, (2018). Projeções populacionais para as RAs do Distrito Federal 2010-2020. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/demografia/>. Acesso em: dezembro 2019.
- Costa, L. (1991). *Cidade que inventei. Relatório do Plano Piloto de Brasília*. GDF.
- Durkheim, É. (1977). *A Divisão Social do Trabalho*. Presença (obra original publicada em 1893).
- Durkheim, É. (1991). *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Librairie Générale Française (obra original publicada em 1915).

- Freund, J. (1975). La ville selon Max Weber. *Espaces et Sociétés*, 16, 47-61.
- Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge Polity Press.
- Gonçalves, A. (1996). *Imagens e clivagens: residentes face aos emigrantes*. Afrontamento.
- Guerra, I. (1993). Modos de vida. Novos percursos e novos conceitos. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 13, 59-74.
- Hannerz, U. (1983). *Explorer la ville*. Minuit.
- Harvey, D. (1980). *A justiça social e a cidade*. Hucitec.
- Jatobá, S.U. (2016). Informalidade Territorial e Mercado de Terras Urbanas no Distrito Federal. *Texto para discussão*, 18, 1-39.
- Jatobá, S.U. (2019). Brasília: até que ponto se fragmentou a utopia modernizante?. In A.M.N. Vasconcelos, L.B.A. Moura, S.U.S. Jatobá, R.C. de S. Cruz, M. de A. Mathieu & A. Paviani (orgs), *Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana* (pp. 183-196). Editora Universidade de Brasília.
- Lascoumes, P. & Le Galé, P. (2012). *Sociologia da Ação pública*. Dufal.
- Ledrut, R. (1968). *Sociologie Urbaine*. PUF.
- Lefebvre, H. (1968). *Le droit à la ville*. Anthropos.
- Lefebvre, H. (1974). *La production de l'espace*. Anthropos.
- Lynch, K. (1982). *A imagem da cidade*. Edições 70 (obra original publicada em 1960).
- Martins, H. (1996). Tempo e Teoria em Sociologia. In H. Martins, *Hegel, Texas e outros escritos de Teoria Social*. Edições Século XXI.
- Marx, K. (1974). *O Capital*. Delfos (obra original publicada em 1867).
- Marx, K. & Engels, F. (1976). *A ideologia alemã*. Presença (obra original publicada em 1846).
- Pais, J.M. (1986). Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana. *Análise Social*, XXII, 90, 7-57.
- Park, R. (1987). A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In O. G. Velho (org), *O fenómeno urbano*. Guanabara. pp.26-67.
- Parsons, T. (1988). *El sistema social*. Alianza Editorial (obra original publicada em 1951).
- Pereira, V.B. (2016) (org). *A habitação na transformação da Cidade. Sobre a génese e efeitos do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956*. Edições Afrontamento.
- Pinçon, M. (1978). *Besoins et habitus – Critique de la notion de besoin et theorie de la pratique*. Centre de Sociologie Urbaine.
- Queirós, J.P. (2015). *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Afrontamento.
- Queirós, J.P. (2019). *Aleixo. Génese, (des)estruturação e desaparecimento de um bairro do Porto (1969-2019)*. Afrontamento.
- Remy, J. (1975). Espace et théorie sociologique. Problematique de recherches. *Recherches Sociologiques* 3, 279-293.
- Rodrigues, F.M. & Silva, M.C. (2015). *Cidade, Habitação e Participação. O processo SAAL na ilha da Bela Vista*. Afrontamento.
- Rodrigues, F.M., Silva, M.C., Fontes, A.J.C. & Fontes, A.C. (2020). Metodologias participativas: o exemplar caso da 'ilha' da Bela Vista (2013-2017). In M.C. Silva, F. M. Rodrigues, J. T. Lopes, A. J. Fontes & T. Mora (orgs), *Por uma habitação básica. Cidadania, democracia associativa e metodologias participativas* (pp. 173-201). Afrontamento.
- Salazar, A.O. (1937/56). *Discursos I e II*. Coimbra Editora.
- Santos, B.S. (1982). O Estado, o Direito e a Questão Urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 9, 9-86.
- Santos, M. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teórico e metodológico de Geografia*. Hucitec.
- Scott, J. (1990). *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. Yale University Press.
- Silva, M.C. (1998). *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*. Afrontamento.
- Silva, M.C. (2005). Entre o infra-estatal e o supra-estatal: o Estado-Nação e a democracia em perda. In M.C. Silva (org), *Nação e Estado – Entre o global e o local* (pp. 125-149). Afrontamento.
- Silva, M.C. (2006). Espaço, tempo e sociedade: alguns elementos de reflexão. In C. Balsa e C. Faria (orgs), *A*

- Cidade como Artefacto* (pp. 185-197). Colibri e Universidade Nova de Lisboa (em homenagem a Jean Remy).
- Silva, M.C. (2012). *Socio-Antropologia rural e urbana. Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*. Afrontamento.
- Silva, M.C., Baptista, L.V., Ribeiro, F.B., Felizes, J. & Vasconcelos, A.M.N. (2020). (orgs), *Espaço urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito*. Húmus.
- Silva, M.C. (2020a). Espaço, cidade e habitação como primeiro direito. In M.C. Silva, L.V. Baptista, F.B. Ribeiro, J. Felizes & A.M.N. Vasconcelos (orgs), *Espaço urbano e habitação básica como primeiro direito* (pp. 29-53). Húmus.
- Silva, M.C. (2020b). Privação relativa, habitação precária e ‘consentimento’: mercado especulativo, omissão do Estado e debilidade da ação coletiva nos bairros populares. In M.C. Silva, F.M. Rodrigues, J.T. Lopes, A.J. Fontes & T. Mora (orgs), *Por uma habitação básica. Cidadania, democracia associativa e metodologias participativas* (pp. 23-47). Afrontamento.
- Silva, M.C., Bessa, L.F. M., Vasconcelos, A. M. N.; Rodrigues, M. F. M., & Ribeiro, F. B. (2020c). Brasília: do desenho ‘utópico’ de cidade ‘harmoniosa’ ao pesadelo de metrópole desigual e segregadora de periferias vulneráveis. *Revista CEAM*, 6, (2).
- Silva, M.C., Ribeiro, F.B., Rodrigues, F.M., Baptista, L.V., Fontes, A.C., Jorge, A.R., & Cardoso, A. (2023). *Habitação e Habitat: ‘ilhas’ e bairros populares no Porto e em Braga*. Húmus.
- Simmel, G. (1987). A metrópole e a vida mental. In O. G. Velho (org.). *O fenómeno urbano* (pp. 11-25). Guanabara. (obra original publicada em 1903).
- Steinberger, M. (2006). Território, Ambiente e políticas públicas espaciais. In M. Steinberger (org.), *Território, ambiente e políticas públicas espaciais* (pp. 29-82). LGE Editora.
- Tönnies, F. (1953). Estates and Classes. In R. Bendix e S.M.Lipset (orgs), *Class, Status and Power* (pp. 49-63). Free Press (obra original publicada em 1887).
- Vasconcelos, A.M.N., Ferreira, I.C.B., Maciel, S.B., Gomes, M.M.F., & Catalão, I. (2006). Da utopia à realidade: uma análise dos fluxos migratórios para o aglomerado urbano de Brasília. In *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP.
- Vasconcelos, A.M.N., Moura, L.B, Jatobá, S.U.S., Cruz, R.C.S., Mathieu, M. & Paviani, A. (2019). (orgs), *Território e Sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana*. Editora Universidade de Brasília.
- Vasconcelos, A.M.N. (2020). A ocupação urbana e as políticas de habitação na área metropolitana de Brasília, Brasil. In M.C. Silva, L.V. Baptista, F.M. Rodrigues, J. Felizes & A.M.N. Vasconcelos (orgs), *Espaço urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito* (pp. 225-240). Húmus.
- Weber. M. (1978). *Economy and Society I*, editado por G. Roth e C. Wittich. University of California Press (obra original publicada em 1920).
- Wirth, L. (1987). O urbanismo como modo de vida. In O. G. Velho (org), *O fenómeno urbano* (pp. 90-113). Guanabara (obra original publicada em 1938).
- Zuckin, S. (1987). Gentrification: Culture and Capital in Urban Core. *Annual Review of Sociology*, 13, 129-147.

Notas:

[a] Professor catedrático e professor integrado, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UM) e Investigador colaborador no CEAM/Univ. Brasília; e-mail: mcsilva2008@gmail.com.

[b] Professor e Investigador na Universidade de Brasília no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares CEAM/Unb; e-mail: lfbbessa@gmail.com.

